



Linovaldo Miranda Lemos
Professor CEFET - Campos -
Doutorando em Geografia/UFRJ

As correntes da Geografia e o movimento de idéias em torno da região

Resumo

Região é um conceito-chave para o conhecimento geográfico, e o estudo das formas como este é abordado nas diversas correntes da Geografia é capaz de revelar um rico movimento de idéias em torno desse conceito. Contudo, esse debate faz emergir questões mais profundas concernentes não só à história do pensamento geográfico como também ao estatuto científico desse saber. O presente artigo procura ser uma contribuição nesse sentido. Como conclusão, aponta-se para a atualidade desse conceito enquanto ferramenta analítica e como instrumento para a ação política.

Abstract

Region is a key concept to the geographical knowledge, and the investigation about its approach by the diverse streams of geographical thought reveals a fruitful debate. However, this debate brings deeper questions related not only to the history of the geographical knowledge but also to its statute as a science. This article tries to be a contribution in this way. As a conclusion, the paper emphasizes the real importance of the concept of region as an analytical tool and an instrument to a political action.

linolemos@hotmail.com

Palavras-chave região, correntes, pensamento geográfico.

Key-words region, stream, geographical thought.



Introdução

A tentação imediata de um pesquisador ao se deparar com o desafio de discorrer sobre um conceito-chave é recorrer ao estabelecimento de uma definição que seja capaz de traduzir o seu cerne e, a partir daí, proceder às considerações e análises. Como quem ancora sua nau num porto seguro, busca-se, dessa forma, um consenso naquilo que é marcado por um movimento de idéias que refletem pontos de vista e concepções diferentes. Tal movimento consubstancia-se nos diferentes usos dos conceitos.

O de *região*, em Geografia, ilustra bem tal situação, haja vista a posição privilegiada que ocupou nos debates ao longo da história do pensamento geográfico. Nesse sentido convém não esquecer os ensinamentos de Corrêa (2003), Gomes (1995) e Lencione (1999) de que não há um conceito unívoco e incontroverso de região, tendo em vista a multiplicidade de sentidos de que é revestido pelas várias correntes. Sequer seu uso é uma exclusividade da Geografia, posto que se faz presente em outras ciências e mesmo no senso comum.

Portanto, se há um consenso, é justamente na multiplicidade dos usos e concepções que se configura, ao fim e ao cabo, a riqueza científica do próprio conceito (GOMES, 1995). Como se verá, o debate em torno do conceito de região faz emergir questões mais profundas concernentes não só à história do pensamento geográfico como também ao próprio estatuto ontológico desse saber.

Embora não esteja tratando de região, Gomes (2003) fornece uma linha de raciocínio que pode ser útil ao presente trabalho. Argumenta esse autor que o embate intelectual na história do pensamento geográfico se dá, em primeiro lugar, pela condenação do *antigo* e a conseqüente justificativa do *novo*, daí a proposta de ruptura com os modelos anteriores e a tentativa do estabelecimento de uma *nova* concepção. Nesse processo há uma releitura não só dos conceitos (no caso, de *região*) como também da própria história do pensamento geográfico, privilegiando-se algumas formas de pensamento e relegando-se outros autores a um segundo plano ou mesmo ao ostracismo.

Não se pretende com isso adotar uma postura *etapista* ou mesmo ingênua, concebendo-se que o 'surgimento' de uma 'nova' corrente se dê a partir do fim da precedente e que essa nova Geografia signifique uma evolução do pensamento (no sentido de uma visão mais acurada, mais avançada em relação ao fazer ciência). Holte-Jensen (1984) assinala a impossibilidade de falar numa completa revolução na Geografia, posto que um olhar aprofundado na sua história revela, por um lado, que diferentes escolas de pensamento continuam coexistindo lado a lado e, por outro, que cada nova geração, na tentativa de mudar a tradição científica da disciplina, tende a atribuir um significado fundamental para suas próprias idéias.

É com esse espírito que se passa à discussão do conceito de região no pensamento geográfico.

Região e as correntes do pensamento geográfico

Uma primeira inflexão que poderia ser suscitada refere-se à velha — e inconclusiva — discussão em torno da natureza do objeto da Geografia: se uma ciência física, se uma ciência do homem ou se uma ciência capaz de proceder à síntese de ambas. Sem a



pretensão de dar conta dessa problemática — o que também fugiria ao que está em tela —, a análise do papel atribuído à região no determinismo e no possibilismo pode ser útil para ilustrar esse aparente dilema.

A institucionalização da Geografia no século XIX é contemporânea da explosão das filosofias evolucionistas e do prodigioso crescimento das ciências naturais (CLAVAL, 1974). A força da *Origem das espécies*, de Charles Darwin, influenciou de forma decisiva a Geografia no seu nascedouro com as visões evolucionistas e deterministas que, transpostas para a análise geográfica, acabaram por colocar o homem como um componente passivo da natureza, especialmente do clima. A força do quadro físico então se impõe sobre a sociedade, como bem atesta a afirmação de Hitter (apud CLAVAL, 1974, p. 50) quando se propõe a estudar “todas as relações essenciais dentro das quais os povos estão situados sobre o globo terrestre” para assim “estabelecer todas as direções nas quais caminhavam até seu desenvolvimento *sobre a fatal influência da natureza*”.

Se, nessa perspectiva, a Terra constitui-se num todo orgânico, a região, enquanto parte constitutiva desse todo, resultará da integração dos elementos naturais que lhe dão a singularidade. Em outras palavras, a concepção adotada é a de região natural — um ecossistema, nas palavras de Corrêa (2003) — cujo clima em particular é tomado como o fator determinante na diferenciação da ocupação do homem na Terra.

Convém ressaltar que o privilégio absoluto dado à natureza não se dá pela exclusão do homem mas sim, pela incorporação deste aos quadros naturais de uma forma determinista. A *Antropogeografia*, de Ratzel, consiste, segundo Claval (1974), na compreensão da influência do meio na formação e nas idéias da sociedade, cabendo ao estudo regional o entendimento da distribuição da população nas regiões do ecúmeno.

Mantém-se portando um caráter unitário para a Geografia (ou seja, seria tanto uma ciência do homem quanto uma ciência da natureza), já que o ponto de vista ambientalista:

no atentaba contra la unidad ni la utilidad de la geografía, sino que estudiaba simplemente la influencia del medio sobre el hombre, y debía su importancia y eficacia al hecho de hallarse en conjunción de las ciencias naturales y de las ciencias del hombre (CLAVAL, 1974, p. 54).

A corrente possibilista tem na figura de Paul Vidal de La Blache o seu mestre. Desde o início, as formulações dessa corrente situam-se num debate com o determinismo alemão, num contexto de acirrada disputa territorial no cenário europeu do final do século XIX. Mais do que projetos intelectuais, o que estava em jogo eram projetos nacionais mediatizados pela ciência, em especial pela Geografia (MORAES, 1990).

O diálogo crítico que Vidal de La Blache travou com Ratzel e com o determinismo pode ser sintetizado na afirmação de que o homem dispõe sobre aquilo que a natureza permite, burlando suas limitações e, ao mesmo tempo, aproveitando-se ativamente das possibilidades oferecidas pelo meio para a satisfação de suas necessidades (MORAES, 1990, p. 68-69).

Embora não tenha formulado teorias gerais sobre a região, Vidal de La Blache manifestava uma preferência inicial pelas unidades naturais¹ (CLAVAL, 1974). Gallois, seu aluno e discípulo, chegava mesmo a dizer que a autêntica região geográfica era, para ele, a região natural. A diferença em relação ao determinismo reside justamente no peso da

¹ “É preciso partir desta idéia de que uma região é um reservatório onde dormem energias das quais a natureza depositou o germe, mas das quais o emprego depende do homem. É ele que, ao submetê-las ao seu uso, dá luz à sua individualidade” (VIDAL DE LA BLACHE, Paul. *Principes de géographie humaine.*, 1921 apud GOMES, 1995).





ação humana e na valorização da história dos lugares. Segundo Lencione (1999), a monografia regional vidaliana procedia a uma análise detalhada do meio físico e das formas de ocupação pela atividade humana. Portanto o olhar geográfico deveria conter uma perspectiva histórica na análise da evolução homem-meio:

A síntese regional [...] é o objetivo último da tarefa do geógrafo, o único terreno sobre o qual ele se encontra a si mesmo. Ao compreender e explicar a lógica interna de um fragmento da superfície terrestre, o geógrafo destaca sua individualidade que não se encontra em nenhuma outra parte (LENCIONE, 1999, p. 107).

Como se vê, a ambigüidade homem-meio na perspectiva possibilista é apenas aparente, já que as monografias regionais, ao descrever, definir e explicar os fragmentos da superfície, englobavam tanto um quanto outro. A síntese, ao fim, era “capturada” na idéia de região, essa entidade auto-evidente individualizada enquanto síntese natural e humana na paisagem.²

Guardadas as diferenças de abordagem entre deterministas e possibilistas, é na idéia de região que essas duas correntes convergem. Dialeticamente ela opõe — e ao mesmo tempo aproxima — essas duas vertentes da Geografia Clássica em seus pressupostos de região enquanto entidade concreta, auto-evidente. Pouco importava, segundo Claval (1974), se a análise regional se baseava nas regiões naturais ou humanas, já que a questão de fundo era tomá-la como uma realidade palpável. Regiões natural e humana, nesses termos, confundiam-se. Segundo esse autor:

la geografía clásica emprendió pues el estudio de la región sin interrogarse realmente sobre la naturaleza de esta. Lo que importaba era aislar un sector original, y conseguir demostrar de dónde procedía su personalidad tanto en el aspecto físico como en el humano (CLAVAL, 1974, p. 81).

O final do século XIX e o início do XX assistem a uma crise do possibilismo, com uma crítica ao modelo naturalista e a afirmação das especificidades das ciências humanas, via o neokantismo. Grosso modo, isso significou a valorização do desenvolvimento histórico das sociedades humanas e, por conseqüência, o destaque dessa dimensão na explicação da realidade. Na Geografia, o debate natureza/espírito ou ciências naturais/ciências humanas materializou-se na valorização do caráter idiográfico dessa ciência e, por conseguinte, na busca da localização singular dos fatos na superfície terrestre (CAPEL, 1981). É nesse contexto que se podem compreender as propostas da chamada “Escola Regional”.

Da ênfase dada por deterministas e possibilistas à relação homem-meio, a Escola Regional deslocou o debate para o estudo das diferenciações de área (*areal differentiation*) da superfície da Terra. Vale ressaltar que não houve o abandono do tratamento daquela relação mas antes, a pressuposição de que ela estivesse abarcada pelo *areal differentiation*, dada a combinação particular e sintética à qual procede.

É nessa direção que podemos entender o esforço empreendido por Hettner³ (*apud* MENDONZA, 1982) em delimitar o campo e o método de observação da Geografia, levando-o a enfatizar o caráter corológico dessa ciência:

² Vidal de La Blache não usa a palavra *paisagem*, mas permito-me essa aproximação já que ele se refere à necessidade de “olhar ao redor para recolher exemplos de regiões naturais”, de atentar para a “fisionomia de uma região” etc. (VIDAL DE LA BLACHE, Paul. *Las divisiones fundamentales del territorio frances.*, 1909 *apud* MENDONZA, 1982, p. 243-249).

³ HETTNER., 1905.





[...] la ciencia corológica es la ciencia de la ordenación del espacio terrestre [...] si no hubiese relaciones entre los distintos puntos de la tierra, y si los diferentes fenómenos situados en un mismo lugar de la tierra fuesen independientes entre si, no se necesitaría ninguna concepción corológica; pero la existencia de tales relaciones [...] hace necesaria una ciencia corológica especial de la tierra. Esa ciencia es la geografía.

Como se vê, essa ciência especial da superfície terrestre encontra sua expressão nas diferenças locais, e são justamente estas que dão o caráter singular ao saber geográfico. Note-se que, como assinala Lencione (1999), no pensamento de Hettner e de Hartshorne não há um grupo de fenômenos particulares à Geografia, já que esta deve se interessar por todos os fenômenos que tenham uma dimensão espacial com vistas a estabelecer esse caráter variável.

Hartshorne retoma — e amplia — a linha de raciocínio aberta por Hettner, reafirmando o caráter corológico da Geografia no seu intento de analisar e sintetizar associações de fenômenos na forma como se apresentam em sessões da realidade da superfície da Terra. Trata-se, segundo sua concepção, de uma ciência que seja capaz de interpretar “[...] las realidades de la diferenciación en areas del mundo [...] en términos del total de las combinaciones de los fenómenos en cada lugar, diferentes de las de cualquier outro lugar” (HARTSHORNE⁴ *apud* MENDONZA, 1982, p. 357).

A Escola Regional lida com duas tendências ou questões presentes no pensamento geográfico: a Geografia como ciência de síntese e o estatuto de ciência idiográfica e/ou nomotética. Em ambos os casos, a região figura como aquela noção capaz de responder a contento, segundo essa corrente, esses aspectos. Senão vejamos:

Não deixa de saltar aos olhos a vastidão do objeto da Geografia proposto por Hettner e retomado por Hartshorne: da mesma forma que se estende sobre “todos los círculos o formas de comportamiento de la realidad que puedan darse sobre la superficie terrestre”, estuda “[...] las secciones espaciales de la superficie de la tierra, del mundo” (HARTSHORNE⁵ *apud* MENDONZA, 1982, p. 319, 356). Como já foi demonstrado, a relação homem-meio não é encarada como uma dicotomia, haja vista ser da natureza da Geografia a compreensão de como os fenômenos naturais e humanos se combinam numa área da superfície terrestre. Por outro lado, para assim proceder, a Geografia necessita reunir partes de muitas outras ciências dentro do ponto de vista corológico. A síntese consubstancia-se, assim, na região: síntese da relação homem-meio e de saberes dispersos em outras ciências dentro do ponto de vista próprio da Geografia, a corologia.⁶

O caráter idiográfico e/ou nomotético da ciência é trabalhado também dentro dessa perspectiva. Na visão de Lencione (1999), a Geografia é ao mesmo tempo, para essa corrente, ambas as coisas: quando estuda a relação de fenômenos particulares numa determinada área, é idiográfica; quando esses fenômenos podem ser classificados em categorias, possibilitando a dedução de leis gerais, é nomotética.

Não há assim dualidade, dentro dessa linha de pensamento, entre as duas perspectivas, posto que a região é o denominador capaz de uni-las: “[...] a despeito do fato de que o

⁴ HARTSHORNE, R. 1939.

⁵ HARTSHORNE, *op. cit.*

⁶ A postura da Geografia como ciência de síntese, na sua pretensão de interpretar todos os fenômenos que ocorrem na superfície da Terra com o instrumental das ciências humanas e naturais, marcou todo o pensamento geográfico (SANTOS, 1982, p. 125), o que levou Gomes (1987) a qualificar essa pretensão como sendo uma das grandes ilusões da Geografia.





objeto geral da geografia seja produzir uma classificação global das regiões, através de sistemas genéricos, estas regiões possuem sempre aspectos únicos que são irreduzíveis à generalização” (GOMES, 2003, p. 242).

Embora predominante nas primeiras décadas do século XX, a corrente regional seria questionada no seu cerne no pós-Segunda Guerra. O capitalismo entrava em uma fase, chamada por Eric Hobsbawm (1995, p. 253-281) de *Anos de Ouro*, na qual houve um crescimento expressivo das economias centrais e a melhoria substancial do nível de vida de suas populações. A Europa, o Japão e, principalmente, os Estados Unidos conheceram anos gloriosos no que tange à produção e ao consumo.

Shopping centers, rodovias, ferrovias, represas, novos espaços urbanos, extensos campos agrícolas, enfim, novos arranjos espaciais foram criados em decorrência dessas transformações e para a estas dar suporte (CORRÊA, 2003), exigindo da Geografia o desempenho de um papel de apoio às demandas dos setores público e privado em relação à intervenção no espaço por meio do planejamento, da explicação da lógica locacional e da maximização da eficiência (LENCIONE, 1999, p. 134-135). No fundo essas transformações:

[...] inviabilizaram os paradigmas tradicionais da geografia — o determinismo ambiental, o possibilismo e o método regional — suscitando um novo, calcado em uma abordagem locacional: o espaço alterado resulta de um agregado de decisões locacionais (CORRÊA, 2003, p. 18).

No ano de 1953, F. K. Schaefer, um geógrafo até então pouco conhecido, escreve o *Exceptionalism in geography: a methodological examination*, que vem marcar o pensamento geográfico, sendo inclusive considerado o artigo que delimita o fim da época da Geografia Clássica. Nele Schaefer contrapõe-se frontalmente ao pensamento de Hettner e principalmente ao de seu contemporâneo Hartshorne (GOMES, 2003, p. 243-245).

No cerne da questão estavam as críticas à perspectiva historicista que havia trazido para a Geografia o excepcionalismo próprio da História. A Geografia deveria romper com esse excepcionalismo, com essa busca do caráter único, e voltar-se para a formulação de leis gerais sobre a distribuição dos fenômenos na superfície da Terra. Portanto, só a Geografia Geral era considerada científica, porque fornecia as leis e as teorias para o estudo regional. Ao criticar a corrente anterior, Schaefer⁷ (*apud* GOMES, 2003, p. 244) pretende alinhar a Geografia aos quadros da ciência moderna (CAPEL, 1981, p. 385; GOMES, 2003, p. 259) por meio de uma unidade metodológica e de uma mesma linguagem e lógica científica, pois para ele:

[...] o estatuto científico depende, antes de tudo, da capacidade de uma disciplina em dar respostas sistemáticas. A ciência aplica a cada caso um conjunto de raciocínio e leis que devem ser válidos para explicar todos os outros casos semelhantes.

Em termos filosóficos isso significou o embate entre o historicismo de Hartshorne — até então dominante — e o neopositivismo embutido nas críticas que lhe foram desferidas por Schaefer. Nesse sentido, a região é pensada em outras bases: no esforço de negar o historicismo, o método quantitativo inverte a ordem das prioridades e passa a situar o estudo regional não como objetivo último da pesquisa geográfica, mas como um meio

⁷ SCHAEFER, F. K. .



(GOMES, 1995, p. 63). O estudo geográfico, diz Capel (1981) em referência a Schaefer, não deve se opor à análise regional, embora possa fazê-lo para comprovar a validade de uma teoria previamente formulada e, assim procedendo, explicar a distribuição dos fenômenos numa dada área.

A região é então concebida como um conjunto de lugares onde as diferenças internas são menores do que as existentes entre elas e qualquer elemento de outro conjunto de lugares (CORRÊA, 2003). Como se pode perceber, não há nessa delimitação grande novidade em relação às correntes anteriores, já que, de forma implícita ou aberta, esse princípio da semelhança interior e da diferença em relação ao exterior se faz notar no princípio corológico da Geografia.⁸ A diferença reside no fato de a região ser concebida pela Geografia Quantitativa como uma *classe* (GRIGG, 1973). Logo, a regionalização é a classificação de regiões por meio de recursos matemáticos, estatísticos e de desvio padrão.

A região, portanto, não é auto-evidente, concreta, mas fruto do esforço do pesquisador em definir similaridades internas, propriedades e relações em comum capazes de delimitar regiões. E como definir ou medir o grau de similaridade? Por meio dos tais instrumentos matemáticos e de geometria anteriormente citados.⁹ Não há, portanto, uma única classificação possível “[...] sino numerosas ordenaciones, según el objetivo de la clasificación y la característica diferenciadora que en relación com éste se seleccione” (CAPEL, 1981, p. 391).

Conceitos como *regiões homogêneas* e *regiões funcionais* ou *polarizadas* fizeram-se presentes nos estudos dessa corrente. No primeiro caso, por meio da seleção de variáveis da superfície, “os intervalos nas frequências e na magnitude destas variáveis estatisticamente mensuradas definem espaços mais ou menos homogêneos”, ao passo que nas regiões polarizadas a ênfase recai sobre “as múltiplas relações que circulam e dão forma a um espaço que é internamente diferenciado”, como ocorre na hierarquização e na polarização de cidades (GOMES, 1995, p. 63-64).

Os Anos de Ouro dão lugar, a partir dos anos 60 e principalmente nos anos 70, a transformações significativas traduzidas em crises econômicas e sociais que evidenciavam o esgotamento do modelo capitalista e colocavam em xeque a capacidade do neopositivismo e da Geografia Quantitativa, pelo menos enquanto paradigmas dominantes, em prover respostas satisfatórias para as contradições que se impunham: as desigualdades sociais, a degradação da vida nas cidades, a tomada da consciência ambiental, o movimento dos países subdesenvolvidos tomando inclusive proporções de revoluções socialistas, o movimento negro e estudantil etc. (CAPEL, 1981, p. 405-406; LENCIONE, 1999, p. 147-149). A outra face da moeda foi a crítica ampla ao próprio modelo de ciência geográfica que se produzia e à sua incapacidade em lidar com as contradições da sociedade capitalista que se avolumavam. Foi esse contexto que fez emergir a necessidade de incorporar novas abordagens teóricas e filosóficas e novos temas aos estudos geográficos trazidos na esteira da fenomenologia e do marxismo.

Tal situação pode ser ilustrada recorrendo-se à trajetória intelectual de um ex-exponente da Geografia Teorética,¹⁰ David Harvey (*Explanation in geography*), que na passagem dos anos 60 para os 70 proclamava que os métodos e os procedimentos da vertente quanti-

⁸ Segundo Corrêa (2003, p. 22), tanto no linguajar comum quanto na Geografia, o conceito de região “[...] está ligado à noção fundamental de diferenciação de área, quer dizer, à aceitação da idéia de que a superfície da Terra é constituída por áreas diferentes entre si”. Da mesma forma, James e Martin (1972) afirmam que a região é uma “área contínua dotada de algum tipo de homogeneidade no seu interior [...] na linguagem técnica é aplicada a uma área de qualquer tamanho na qual há algum tipo de homogeneidade conforme especificado pelos critérios adotados para defini-la”.

⁹ Conforme alude Holte-Jensen (1984, p. 59): “Bunge [...] extended the arguments of Schaefer, to the effect that geography is the science of spatial relations and interrelations, geometry is the mathematics of space, and so geometry is the language of geography”.

¹⁰ Na verdade, uma tradução mal feita de *theoretical* (em português, *teórica*) mas de grande uso no nosso meio.





tativa diziam cada vez menos sobre questões de escassa importância. Traduzindo, tratava-se de uma crítica aos modelos econômicos e matemáticos e à sua incapacidade em incorporar as contradições de uma sociedade de classe em sua análise:

O discurso crítico considera, portanto, a ciência em sua forma dominante como um instrumento de alienação social e os métodos positivistas como procedimentos eficazes para reproduzir os modelos de desigualdade social e espacial (GOMES, 2003, p. 278).

Tal descontentamento — se é que assim se pode chamá-lo — traduziu-se em propostas de produção intelectual que procedessem a uma crítica radical à sociedade e ao modelo de ciência geográfica ancorados no modelo teórico do marxismo. É nesse contexto que se tem o lançamento das revistas *Antipode* e *Herodote* bem como a produção intelectual de David Harvey, Milton Santos, Richard Peet e Yves Lacoste, entre outros.

A absorção do marxismo pelo pensamento geográfico não se deu de forma tranqüila. Em primeiro lugar porque há mesmo ausência de uma reflexão marxista sobre o espaço (CAPEL, 1981, p. 437; LENCIONE, 1999, p. 162), o que significou, na prática, um “descaso com a espacialidade” por parte do marxismo ocidental (SOJA, 1993, p. 107), sobretudo por parte da Geografia. Duas explicações fornecidas por Soja para isso interessam-nos mais de perto. Em primeiro lugar, a publicação tardia dos *Grundrisse*,¹¹ o que para a língua inglesa só se deu em 1973. Na falta dessa publicação, a ênfase recaiu sobre os volumes I e II de *O capital*, basicamente a-espaciais e fechados num sistema (segundo qualificação de Soja). Relacionada a esse fator, há a própria rejeição de Marx às explicações geográficas, enfatizando, portanto, as determinações sociais e principalmente históricas em suas análises.

Essas limitações traduziram-se em tentativas de proceder a uma análise espacial e geográfica nos quadros do materialismo histórico e dialético, adaptando conceitos caros ao marxismo à análise espacial. Obviamente, ao se dizer isso, está-se procedendo a uma generalização que, enquanto tal, pode transformar-se numa caricatura grosseira de uma rica produção intelectual.¹² Não é esse o caso. O que se pretende é trazer essa discussão para o conceito que embala o presente texto, o de região.

A Geografia Crítica concebe a região como parte de uma totalidade histórica e, portanto, não harmônica, daí a ênfase no desenvolvimento desigual e combinado e no subdesenvolvimento (LENCIONE, 1999, p. 164-165). Na visão de Soja (1993, p. 132), o capitalismo baseia-se intrinsecamente nas desigualdades regionais ou espaciais para sua reprodução: note-se, nesse caso, a analogia entre classe e região, haja vista que, seguindo-se essa linha de raciocínio, o capitalismo se assenta na *desigualdade combinada*, seja ela social ou regional. Do ponto de vista espacial:

a lei do desenvolvimento desigual e combinado traduz-se, assim, no processo de regionalização que diferencia não só países entre si como, em cada um deles, suas partes componentes, originando regiões desigualmente desenvolvidas mas articuladas (CORRÊA, 2003, p. 45).

A região é portanto uma entidade concreta, já que resultado das heranças culturais e materiais de uma determinada estrutura social e seus conflitos. Para se compreender a

¹¹ *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie* (Fundamentos da crítica da economia política).

¹² A leitura atenta de Soja (1993) pode fornecer uma análise importante das interpretações e dos autores (geógrafos ou não) comprometidos com essa visão.



região, é necessário entender o funcionamento da economia mundial e seu rebatimento no território de um país e as diversas formas de o modo de produção capitalista se reproduzir em distintas regiões do globo (SANTOS, 1991). As regiões são, nessa linha de raciocínio, *formações socioespaciais*, em analogia à formação socioeconômica da economia marxista (GOMES, 1995), a realização num espaço particular de um modo de produção.

No final dos anos 70, a Geografia Humanista ou Cultural vem incorporar novos horizontes ao conhecimento geográfico em geral e aos estudos regionais em particular. Tendo como base filosófica a fenomenologia, essa corrente coloca em destaque a subjetividade na análise geográfica, o comportamento do homem diante do meio, o medo, o ódio, a percepção (LENCIONE, 1999). O estudo regional, nessa perspectiva, visa a compreender o sentimento que os homens têm por pertencer a uma determinada região, os laços afetivos que produzem uma identidade regional.

Há, portanto, duas dimensões interconectadas nesse sentimento de pertencimento: uma relativa à construção mental individual e outra inscrita na subjetividade do próprio grupo. O mais correto seria pois falar numa intersubjetividade, haja vista que a percepção individual é sempre mediatizada pela cultura. Logo:

[...] Há diferenças individuais [...] mas que estão, em sua maior parte, submetidas a uma subjetividade que transcende o pessoal e encontram coerência e força no coletivo. Dessa forma, a cultura é a chave necessária para interpretar esse espaço intersubjetivo (GOMES, 1987, p. 148-149).

A região é, portanto, uma dimensão real da vivência dos indivíduos e dos grupos, e é a partir dela que se cria uma base territorial comum para um dado quadro de referência de pertencimento e identidades. Região é, para a corrente humanista, um *espaço vivido*.

Conclusão

A despeito da crítica de Yves Lacoste (2001) ao modelo vidalino de estudo regional,¹³ passando pelo globalismo do final do século XX bem como por autores brasileiros que decretaram seu fim, a questão regional teima em persistir nos debates (HAESBAERT, 2002; VAINER, 2001). Evidentemente que o princípio da diferenciação entre áreas na superfície terrestre em diferentes escalas não é eliminado mas antes, criado e recriado, da mesma forma que o são as identidades regionais correlacionadas a essas diferenciações. Apesar de suas muitas *mortes e ressurreições* ao longo da história do pensamento geográfico (HAESBAERT, 2002), o debate continua aberto.

A despeito da aparente má vontade de Bourdieu (1998) com a Geografia e com os geógrafos, não parece que estes sejam ingênuos a esse respeito, nem mesmo aqueles ligados à tradição vidalina no seu trabalho minucioso de descrição de unidades consideradas auto-evidentes do território. O conceito de região tem uma história social na sua gênese e utilização, e o presente trabalho procurou evidenciar isso, da mesma forma que no conhecimento geográfico atual há a consciência da existência de um ator privilegiado — não único — que atua definindo e formulando regiões, relacionando-se com elas, oprimindo-as, concedendo-lhes subsídios etc.: o Estado.

¹³ Por considerar que este tomou a região como "um poderoso conceito-obstáculo", ou seja, um conceito que acabou impedindo a análise para além desse recorte espacial.





Como recurso analítico, cabe ressaltar que, na Geografia Política, a palavra região guarda muito de sua origem etimológica. *Regere* vem do latim e significa gerir, governar, exercer o poder, e *regio*, controle, direção. Trata-se, na prática, de um termo que se refere a uma construção política ligada ao exercício do poder sobre o território (GOMES, 1995; LACOSTE, 2001).

No plano político-administrativo na escala nacional, região diz respeito à hierarquia e controle na administração dos Estados que, enquanto unidades territoriais, são formados por subconjuntos nos seus diferentes matizes: *region*, *lander*, *provinciais*, regiões. Por vezes a *unidade nacional* assenta-se sobre uma diversidade regional em disputa com o poder central: neste apela-se para certa identidade regional baseada na cultura, na história e na língua em comum e diferente daquela do Estado central à qual se subordina. Exemplos claros a esse respeito podem ser encontrados no atual regionalismo europeu, como no do País Basco, da Galícia, da Córsega etc. (LACOSTE, 2001). No plano geopolítico na escala global, região pode ser usada como um conjunto de Estados unidos por interesses comuns, como o NAFTA ou a União Européia.

Na análise geográfica a questão da escala é de fundamental importância. Essa é uma construção social cuja política tem de prestar contas ao Estado nos seus diferentes níveis. É dentro de uma moldura institucional — com suas regras, agendas e recursos — que a correlação de forças entre os atores políticos se dará. Isso quer dizer que as próprias estruturas construídas pelo Estado são capazes de influenciar a direção que a luta política toma, já que é sob sua égide que são definidas as responsabilidades dos atores e o próprio campo de luta (JUDD, 1998).¹⁴

Ao longo do tempo no Brasil, a questão regional esteve relacionada àquele regionalismo tradicional no qual uma determinada elite visa a garantir a apropriação econômica e a manutenção de seu *status quo*. A região é, aqui, a “base territorial para o fato político” (CASTRO, 1992), e o regionalismo, uma expressão desse embate, que expressa um caráter negativo e conservador cujo discurso é apoiado. Segundo Cruz (2003, p. 31-32):

[...] numa aliança de forças e grupos sociais que forja uma determinada identidade referida a um espaço [...] ele legitima a hegemonia de um determinado bloco de poder e o seu monopólio da representação dos interesses gerais numa determinada região, outorgando autoridade aos seus membros e porta-vozes para exercer essa representação.

Não se quer estender mais nesse ponto mas apenas indagar, para finalizar, se não seria possível conceber a idéia de região em outras bases, mais progressistas e preocupadas com o desenvolvimento socioeconômico. Esse regionalismo tradicional acima citado já demonstrou seus efeitos nefastos na política nacional. Não seria possível subverter essa ordem e pensar em movimentos territoriais regionais sob outras bases sociais?

Duas experiências parecem significativas: uma refere-se ao novo regionalismo baseado na promoção da organização social e nas articulações que tentam revitalizar as estruturas econômicas e sociais a partir das potencialidades locais, como é demonstrado por Klink (2001) no seu trabalho sobre a região do ABC paulista. Outro exemplo é aquele, chamado por Vainer (2001) de regionalismo popular, constituído por atingidos

¹⁴ Além do que, quando essas escalas são ausentes, os agentes políticos encontrarão dificuldade — e algumas vezes a impossibilidade — de substituir as escalas não construídas pelo Estado. O exemplo disso pode ser encontrado no Federalismo americano, que torna extraordinária uma política genuinamente nacional, especialmente no caso de políticas de bem-estar social. Perde-se, portanto, uma escala nacional de implantação (JUDD, 1998, p. 31-32).



pela construção de barragens e por seringueiros que, em nome de uma região, lutam pela defesa de seus interesses.

Como se vê, enquanto construção intelectual e social, a região mantém sua vivacidade analítica e sua atuação política tanto para as forças de conservação quanto para as de mudança.

artigo recebido julho/2005
artigo aprovado outubro/2005

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. A identidade e representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: Bourdieu, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p.107-132.
- CAPEL, Horácio. *Filosofia y ciencia em la geografia contemporánea*. Barcelona: Barca Nova, 1981.
- CASTRO, Iná Elias. *O mito da necessidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- CLAVAL, Paul. *Evolución de la geografia humana*. Barcelona: Oikos-Tau, 1974.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 2003.
- CRUZ, José Luiz Viana. Emprego, crescimento e desenvolvimento econômico: notas sobre um caso regional. *Boletim Técnico do Senac*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 29-39, jan./abr. 2003.
- GOMES, Paulo César da Costa. *As razões da região*. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.
- GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão In: CASTRO, I. E. et al. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 48-76.
- GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- GRIGG, David. Regiões, modelos e classes. *Boletim Geográfico*, Bauru, v. 32, n. 234, p. 3-47, maio/jun. 1973.
- HAESBAERT, Rogério. Morte e vida da região: antigos paradigmas e novas perspectivas da geografia regional. *Anais da Associação de Geógrafos Brasileiros*, Porto Alegre, maio 2002.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995
- HOLTE-JENSEN, Arild. *Geography, its history and concepts*. London: Harper & Row, 1984.
- JAMES, Preston; MARTIN, G. J. *All possible worlds: a history of geographical ideas*. New York: John Wiley & Sons, 1972.
- JUDD, Dennis R. The case of missing scales: a comentary on Cox. *Political Geography*, Great Britain, v. 17, n. 1, p. 29-34, 1998.
- KLINK, J. J. *A cidade-região: regionalismo e reestruturação no grande ABC paulista*. Rio de Janeiro: DP&P, 2001.
- LACOSTE, Yves. *A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. São Paulo: Papyrus, 2001.
- LENCIONE, Sandra. *Região e geografia*. São Paulo: Edusp, 1999.
- MENDONZA, Josefina G. et al. *El pensamiento geográfico*. Barcelona: Alianza, 1982.
- MORAES, Antônio Carlos R. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- VAINER, Carlos B. Regionalismo: anacronismo ou pós-modernidade. In: GONÇALVES, Maria Flora. *O novo Brasil urbano*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001. p. 163-182.

